

## CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no site da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

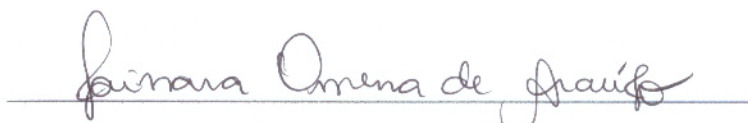
Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

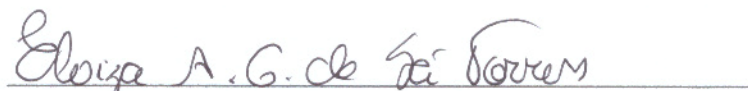
Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.



Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores



Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

*Marcio Cantos*

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores



[illegible]



V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):

A área de Distribuição é responsável pela manutenção e prospecção de clientes Institucionais, Corporate, Distribuidores, e Pessoa Física. O desenvolvimento do negócio engloba a Distribuição de fundos de investimentos do Itaú Asset Management, bem como detalhamento das estratégias de cada produto. Em alguns segmentos, a área de Distribuição funciona como especialista de produtos fornecendo informações para outras áreas que atuam diretamente com clientes, como por exemplo o Varejo, Private, Middle e Institucional.

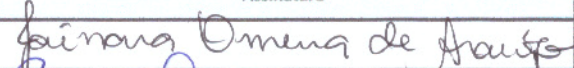
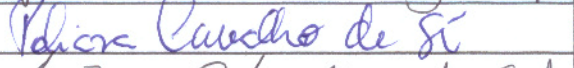
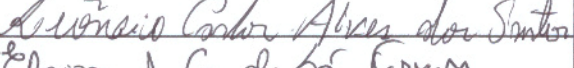
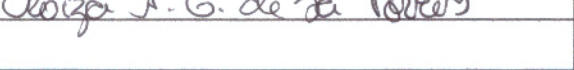
Os gerentes e assistentes têm disponível na sua estação de trabalho um sistema proprietário onde são cadastradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). O gerente tem à disposição as rotas para verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas (aplicação/ resgate de fundos) além das informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros. Adicionalmente, os colaboradores contam com sistemas de informação que trazem notícias no Brasil e no mundo sobre economia, relatórios, finanças pessoais e cotações.


VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO

|   |   |
|---|---|
| Estrutura da Instituição  | Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente. O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia).  |
| Segregação de Atividades  | O Itaú Unibanco conta com área específica dedicada à distribuição de fundos próprios, voltada à prospecção e captação de clientes institucionais, corporate e relacionamento com distribuidores não vinculados ao Conglomerado Itaú Unibanco, além de contar com a força de venda do Conglomerado Itaú Unibanco.<br>A área de distribuição conta com um sistema proprietário onde são registradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). A ferramenta também permite a verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas, aplicação/resgate de fundos, informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros.                                    |
| Qualificação do corpo técnico   | Todos os envolvidos no processo de gestão, administração e distribuição possuem as certificações necessárias para exercer as funções e histórico profissional.  |
| Histórico e experiência de atuação  | O Itaú Unibanco possui recursos humanos e computacionais adequados e suficientes ao desempenho das atividades de administração fiduciária, gestão de carteiras de valores mobiliários e distribuição de fundos próprios. Relativamente aos recursos humanos, com o início da migração da atividade de administração de carteira de valores mobiliários reportado o item "a", acima, também teve início o processo de migração desses recursos. A equipe do Itaú Unibanco conta com uma sólida experiência de mercado e possui baixo turn over, por proporcionar incentivos compatíveis e ambiente em que as decisões são tomadas de forma colegiada.<br>O Itaú Unibanco conta ainda com uma equipe técnica com vasta experiência no mercado de capitais, que possui ampla disponibilidade para atender os clientes, permitindo que a equipe de gestores fique totalmente focada em sua atividade fim. |
| Principais Categorias e Fundos ofertados  | O Itaú Unibanco realiza a administração de fundos de diversas categorias, dentre elas: Multimercados, Renda Fixa, Renda Variável, Previdência, Crédito entre outros.  |
| Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro | O Itaú Unibanco é signatário dos seguintes Códigos da ANBIMA: Código de Regulação e Melhores Práticas, Código de Distribuição de Produtos de Investimento, Código de Ética e outros. Além disso, possui uma Diretoria de Compliance Corporativo, que tem como objetivo a prevenção e a mitigação de exposição do conglomerado Itaú Unibanco a situações de não conformidade com normas internas e externas (Risco de Compliance), sendo responsável pelos aspectos de governança, certificação de aderência, conduta e transparência.   |
| Regularidade Fiscal e Previdenciária  | Regular.<br>As informações relacionadas a regularidade fiscal e previdenciária estão disponíveis no site: <a href="https://www.itaubank.com.br/plataformas-institucional/rpps/documentos">https://www.itaubank.com.br/plataformas-institucional/rpps/documentos</a>   |
| Volume de ativos sob sua gestão   | Não se aplica   |
| Outros critérios de análise   |   |

VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO

Levando em consideração que a instituição analisada conta com um volume de recursos considerável e mantém a proporção adequada considerando o volume de recursos oriundos de RPPS, condizente com o previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021, e que esta distribui, em sua maioria, fundos geridos e administrados por ela mesma, não vemos nada que desabone o relacionamento da instituição com este RPPS.

|  |                                      |                |  |            |
|--|--------------------------------------|----------------|--|------------|
| Local:                                       | ITACURUBA-PE                         |                | Data   | 18.03.2024 |
| VIII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO: | Cargo                                | CPF            | Assinatura   |            |
| JAINARA OMENA DE ARAÚJO                      | DIRETORA PRESIDENTE                  | 095.733.694-27 |  |            |
| POLIANA CARVALHO DE SÁ                       | DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA | 055.670.754-05 |  |            |
| LEÔNCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS              | PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO  | 734.019.604-82 |  |            |
| ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES          | PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL        | 072.436.664-42 |  |            |
|  |                                      |                |  |            |
|  |                                      |                |  |            |
|  |                                      |                |  |            |



## Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

Itaú Unibanco S.A.

Contratante:

Questionário preenchido por:

Time de Vendas Especializadas

Data:

Junho de 2022

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A").

Versão: [-]





## Apresentação

---

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 11 de janeiro de 2019.



## Sumário

---

|   |    |
|---|----|
| Apresentação.....                                   | 1  |
| 1. Informações cadastrais.....                      | 4  |
| 2. Informações institucionais.....                  | 5  |
| 3. Receitas e dados financeiros.....                | 10 |
| 4. Recursos humanos .....                           | 12 |
| 5. Informações gerais .....                         | 15 |
| 6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito..... | 17 |
| 7. Gestão de recursos .....                         | 21 |
| 8. Distribuição.....                                | 26 |
| 9. Risco .....                                      | 28 |
| 10. Compliance e controles internos .....           | 34 |
| 11. Jurídico .....                                  | 39 |
| 12. Anexos ou endereço eletrônico.....              | 39 |



## 1. Informações cadastrais

|  |  |
|--|--|
| 1.1  | Razão social   |
| Itaú Unibanco S.A.   |  |
| 1.2  | Nome fantasia  |
| Itaú Unibanco  |  |
| 1.3  | É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?   |
| Sim.   |  |
| 1.4  | Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade. |
| As principais autoridades regulatórias em que a empresa possui registro são: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).  |  |
| 1.5  | Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?  |
| Sim, as principais são ANBIMA e FEBRABAN.  |  |
| 1.6  | É instituição nacional ou estrangeira?   |
| Nacional.  |  |
| 1.7  | Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?   |
| O Banco Itaú possui filiais responsáveis pela gestão de recursos de terceiros em Nova Iorque, Buenos Aires, Santiago e Bogotá*.  |  |
| <small>* A atuação do Itaú Unibanco em certas unidades externas pode se dar por meio de sociedades legalmente constituídas nesses países, sendo essas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco</small> |  |
| 1.8  | Endereço   |
| Itaú Unibanco S.A:   |  |
| Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, São Paulo/SP   |  |
| Brasil CEP: 04344-902  |  |
| 1.9  | CNPJ   |
| 60.701.190/0001-04   |  |
| 1.10   | Data de Constituição   |
| Data da Constituição do Itaú: Janeiro de 1945<br>Data da Constituição do Unibanco: Setembro de 1924<br>Data da Fusão entre Itaú e Unibanco: Novembro de 2008   |  |
| 1.11   | Telefones  |
| (11) 3631-2939   |  |



### 1.12 Website

[www.itaubank.com.br](http://www.itaubank.com.br)

### 1.13 Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário

Time de vendas especializadas

### 1.14 Telefone para contato

(11) 3631-2659

### 1.15 E-mail para contato

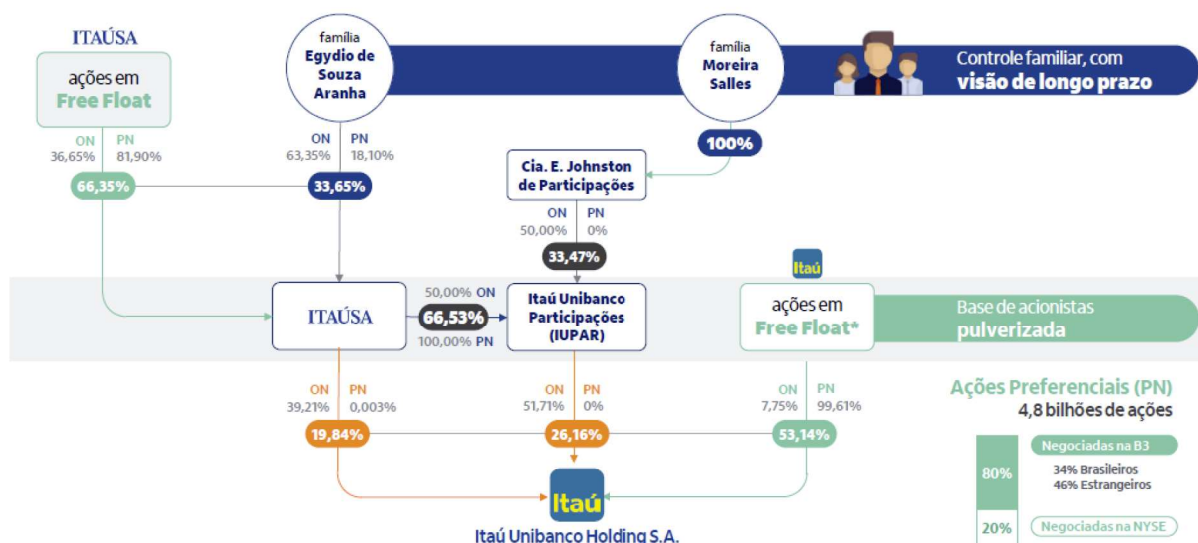
[atendimentoasset@itau-unibanco.com.br](mailto:atendimentoasset@itau-unibanco.com.br)

## 2. Informações institucionais

### 2.1

Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).

A Itaú Asset Management é uma das unidades de negócios do Itaú Unibanco Holding S.A (IUH), inserida na Diretoria Geral do Atacado. Desta forma os principais sócios do IUH são representados pelas Holdings das famílias Egydio de Souza Aranha, Moreira Salles e pelos acionistas em geral (free float).

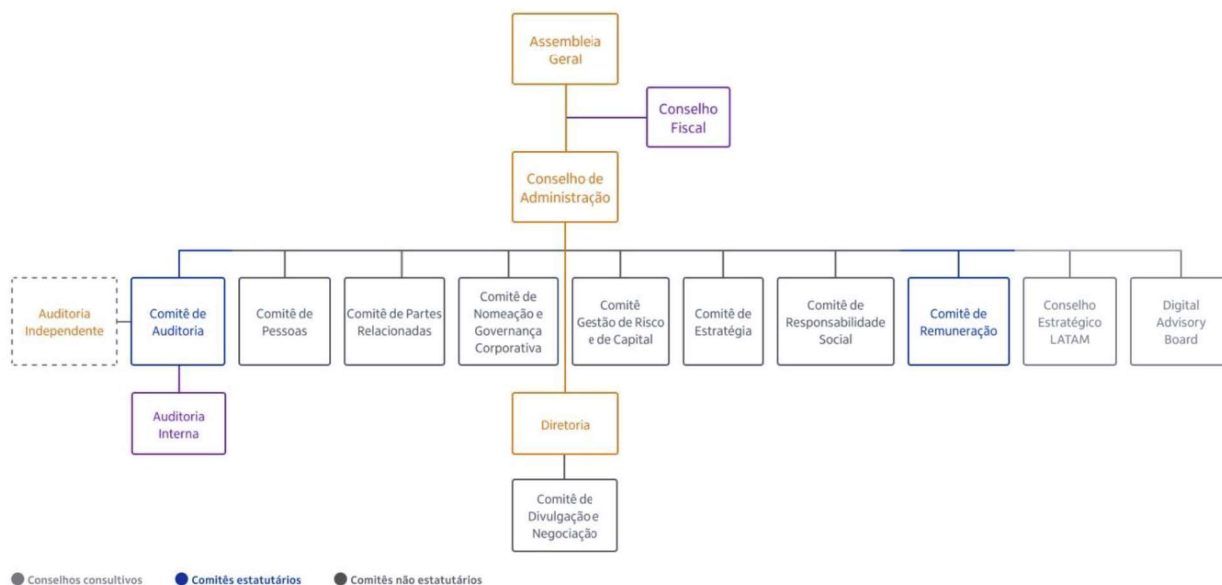


Fonte: Site Itaú RI <https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores>



## 2.2 Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).

### Itaú Unibanco Holding S.A.



## 2.3 Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).

### Conheça a estrutura da **Itaú Asset**



**Itaú Asset Management Global – CEO**  
Carlos Augusto Salamonde (CAS)



Fev/2022

Em setembro de 2020, Rubens Henriques, CEO da IAM, deixou a gestora para realizar um projeto proprietário e no seu lugar, assumiu Carlos Augusto Salamonde.

**Carlos Augusto Salamonde**

Economista formado pela PUC-RJ, com MBA em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV-RJ, o CAS

atua no mercado financeiro - nas áreas de Asset Management e também de Investment Services - há mais de 25 anos. Foi diretor vice-presidente do BNY Mellon, onde tinha sob sua responsabilidade os negócios de Security Services na América Latina e no Caribe. Também foi, por três anos, diretor e responsável pelas operações de Asset Management do JP Morgan no Brasil. Teve, ainda, passagens pelo Icatu, BBA Investimentos. Voltou a atuar no Itaú Unibanco em 2018 e é associado à instituição desde 2019. Liderou a criação da Diretoria de Investment Services and Operations (DISO) nesse período e assumiu a posição de CEO da Itaú Asset Management em 2020. Ao longo de sua carreira, deu também grande contribuição em diversos fóruns da ANBIMA, onde é, atualmente membro do Conselho de Administração de Recursos de Terceiros

**.4** A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).

Sim, o Itaú Unibanco é signatário do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA. Além deste código, o Itaú Unibanco também adere aos seguintes códigos da ANBIMA:  
Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE

Código de Administração de Recursos de Terceiros

Código de Distribuição de Produtos de Investimento

Código de Negociação de Instrumentos Financeiros

Código de Ética

Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas

Código para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Val. Mobiliários

Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

Código para o Programa de Certificação Continuada

**2.5** A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

Sim.

**2.6** A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?

Sim, desde 2008.

**2.7** A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.

Sim, somos signatários do Código de Autorregulação da FEBRABAN e do Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship.



|   |  |
|---|--|
| 2.8   | <p>Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. CNPJ da empresa;</li><li>II. percentual detido pelo executivo na empresa; e</li><li>III. qual a atividade por ele desempenhada.</li></ul> |
| <p>Todos os colaboradores estão sujeitos ao Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management &amp; Services (WMS). Segundo o qual, caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar o pedido em questão.</p> |  |
| 2.9   | <p>Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. a estrutura funcional de segregação e</li><li>II. o relacionamento com a gestora.</li></ul>  |

O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia). Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente da Itaú Asset Management, tendo um back office próprio para desempenhar estas atividades.

O Itaú Unibanco possui Política de Segregação de atividades (sigla interna PR-71), atualizada anualmente, que define os Princípios, Diretrizes e Gestão de Segregação adotados pela Diretoria Geral de Atacado (DGA) do Itaú Unibanco S.A.

Os princípios são:

- Manter sigilo sobre as operações e estratégias confidenciais da Instituição e de seus clientes,

Usar as informações confidenciais recebidas em sua atividade profissional exclusivamente no exercício de suas funções;

- Não fazer uso de informações confidenciais obtidas no exercício de suas atividades funcionais em benefício próprio ou de terceiros;

- Executar suas funções com base nas informações de sua respectiva área ou equipe, obtidas de forma independente das demais áreas ou equipes das quais sua área ou equipe de atuação estejam segregadas. Não buscar obter, nem fornecer informações confidenciais da Instituição ou de seus clientes violando Barreiras de Informação estabelecidas nos termos desta Política;

- É estritamente vedada a utilização de Informação Privilegiada na negociação de Valores Mobiliários no exercício de suas atividades na Instituição, seja na gestão dos recursos próprios, seja na administração de recursos de terceiros ou na prestação de serviços no mercado de capitais, como os de intermediação ou correlatos. A vedação aqui referida não abrange a negociação com informações resultantes de pesquisa ou avaliação não divulgada, promovida pela própria área ou equipe responsável pela negociação e baseada exclusivamente em dados públicos, sem prejuízo às restrições específicas relacionadas à área de Research. É vedada a transmissão, de modo formal ou informal, de informações confidenciais de propriedade de clientes, salvo na medida em que o fluxo de informações confidenciais seja estritamente necessário à atuação da Instituição no interesse do cliente fornecedor ou proprietário da informação (need to know basis). Nenhum colaborador pode acessar instalações das áreas segregadas fisicamente com acesso restrito, sem autorização. Nenhum colaborador pode acessar sistemas e bases que permitam consulta a informações confidenciais quando não forem necessárias à execução de suas atividades;

- As negociações pessoais do público-alvo estão sujeitas à(s) Política(s) de Investimentos Pessoais do Conglomerado e demais normas internas que sejam aplicáveis ao público-alvo (inclusive as regras relativas às negociações de Valores Mobiliários de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.,



- A participação do público-alvo em Comitês deverá considerar os parâmetros e recomendações contidos nesta Política. Especial atenção deve ser dedicada à avaliação de conveniência e efeitos de eventual transmissão de Informações Privilegiadas a colaboradores que atuem na negociação ou intermediação de Valores Mobiliários;

Os colaboradores do Lado Privado não podem compartilhar, de modo formal ou informal, Informações Privilegiadas com colaboradores do Lado Público;

Poderão ser estabelecidas regras e Políticas adicionais para atendimento de especificidades ou exigências regulatórias aplicáveis a áreas específicas da Diretoria Geral de Atacado, tais como áreas envolvidas com atividades como administração de recursos de terceiros e consultoria, análise e distribuição e intermediação de Valores Mobiliários, e/ou a outras áreas que executem atividades relacionadas à Diretoria Geral de Atacado, inclusive na Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF), tais como as equipes envolvidas com o controle de riscos na gestão de recursos de terceiros. Tais regras e Políticas deverão ser observadas pelos seus destinatários adicionalmente às disposições desta Política. Em caso de divergência entre o teor desta Política e das regras adicionais específicas, as regras específicas prevalecerão;

Todas as alterações significativas de estrutura organizacional na DGA e áreas neutras, que possam ter impacto para os procedimentos de segregação de atividades e/ou possibilidade de alteração de vaso comunicante descritos nesta Política, devem ser comunicadas previamente pelas áreas executoras à Diretoria de Compliance Corporativo (DCC), que as avaliará, com o suporte da Diretoria Jurídica Negócios Atacado, quando cabível, podendo sugerir ajustes ou controles adicionais para assegurar a observância dos princípios e regras desta Política;

Alterações relevantes de produtos e processos que envolvam aspectos de segregação devem seguir a Governança estabelecida na Política Corporativa de Avaliação de Produtos e documentos relacionados referentes a cada área de negócio da DGA

Com relação à “gestão de incidentes, caso o colaborador tenha alguma dúvida ou suspeita sobre quebra accidental de barreira, ou outra situação em que haja indício de violação das regras desta Política ou risco de disseminação de Informação Privilegiada, deve-se enviar e-mail para: “Segregação DGA”

#### 2.10 Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).

|

### 3. Receitas e dados financeiros

|     |  |
|-----|--|
| 3.1 | Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos. |
|-----|--|

|              |   |  |  |  |
|--------------|---|--|--|--|
|              | Ano   | Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)  | Número de pessoas que trabalham na gestora | Número de portfólios sob gestão          |
|              | 2021  | 805,7 bilhões  | 222  | 1315                                     |
|              | 2020  | 752,2 bilhões  | 173  | 838                                      |
|              | 2019  | 770,2 bilhões  | 194  | 740                                      |
|              | 2018  | 679,5 bilhões  | 244 <sup>1</sup>                           | 708                                      |
|              | 2017  | 601,1 bilhões  | 262  | 667                                      |
|              | 2016  | 524,0 bilhões  | 259  | 640                                      |
|              | Fonte: Ranking de Gestão Anbima.  |  |  |  |
|              | Consideramos a soma do PL sob gestão das empresas do Itaú Unibanco S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04 e Itaú Unibanco Asset Management LTDA, CNPJ 40.430.971/0001 |  |  |  |
|              | <sup>1</sup> Mudança no critério de demonstração da informação, contendo apenas os profissionais alocados na estrutura da Itaú Asset Management.            |  |  |  |
| 3.2          | Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).   |  |  |  |
|              | FUNDOS  | Nº   |  | % Carteira                               |
|              | Domicílio local   | N/D  |  | 100% (Dados conforme enviados a ANBIMA). |
|              | Domicílio em outro país   | N/D  |  | N/D                                      |
|              |   |  |  |  |
|              | Clubes de Investimento  | Nº   |  | % Carteira                               |
|              |   | N/D  |  | N/D                                      |
|              |   |  |  |  |
|              | Carteiras   | Nº   |  | % Carteira                               |
|              | Domicílio Local   | N/D  |  | N/D                                      |
|              | Carteira de Investidor Não Residente  | N/D  |  | N/D                                      |
|              | 3.3   | Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimentos: |  |  |
| Tipo         |   | Nº   | Exclusivos/Reservados                      | % Total                                  |
| Renda Fixa   |   | -  | -  | 53%                                      |
| Multimercado |   | -  | -  | 19%                                      |



|   |  |   |   |       |
|---|--|---|---|-------|
|   | Cambial  | - | - | 0,40% |
|   | Ações  | - | - | 5%    |
|   | FIDC   | - | - | 0,04% |
|   | FIP  | - | - | 0,04% |
|   | FIEE   | - | - | -     |
|   | FII  | - | - | 0,07% |
|   | Fundo de Índice (ETF)  | - | - | 1,45% |
|   | Outras categorias  | - | - | 21%   |
| <p>*Outras categorias: Previdência</p> <p>Consideramos o PL dos fundos sob gestão conforme o ranking ANBIMA. Itaú Asset Management, CNPJ 60.701.190/0001-04, e Itaú Unibanco Asset Management, CNPJ 40.430.971/0001-96.</p>                                 |  |   |   |       |
| 3.4   | <p>Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?</p> |   |   |       |
| <p>Temos uma parcela de ativos referentes às nossas reservas técnicas que compõem o total de ativos sob gestão. Já o percentual relativo a sócios e principais executivos não é significativo frente ao volume total gerido pela Itaú Asset Management.</p> |  |   |   |       |

## 4. Recursos humanos

**4.1** Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

A Itaú Asset Management possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar, de forma concomitante, o desempenho global da Asset, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o desempenho individual. O bônus, cujo target é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação. No caso dos colaboradores associados ou de alta performance, existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto, diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a performance dos fundos das diferentes estratégias, seja por *target* de rentabilidade, comparação de um *peer group*, retorno absoluto ou aderência a um índice. Esta metodologia está diretamente atrelada à remuneração do gestor.

#### 4.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

Os mecanismos utilizados são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de trainees e programa de estágio) e Job Swaps ou expatriação (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).

#### 4.3 Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.



A Academia Asset disponibiliza ações de educação corporativa que visam promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das equipes e lideranças, por meio da aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos, as quais estão divididas de acordo com o objetivo principal, a saber:

- **Programas de Formação:** são ações que visam a capacitar os colaboradores, recém-promovidos e/ou admitidos, para o eficaz desempenho de um conjunto de atividades próprias de seu cargo.

- **Programas de Aperfeiçoamento:** são ações que visam a oferecer aos colaboradores já formados e com vivência na função condições para um melhor desempenho. São estruturados a partir de necessidades específicas das áreas.

- **Programas de Especialização:** são programas que visam a complementar e a consolidar a formação técnica dos profissionais por meio de cursos de especialização (Programa de Especialização e MBA in-company).

- **Programas de Certificação Profissional:** são programas que permitem ao colaborador obter certificação profissional, em conformidade com regras e normas estabelecidas por entidades reguladoras, nacionais e internacionais (Certificação Nacional e Internacional).

#### 4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

Os gestores são avaliados pela performance ou a aderência de seus fundos sob gestão. Mais especificamente, os fundos são avaliados em relação ao atingimento de uma meta de retorno e ao desempenho relativo aos fundos concorrentes semelhantes (*peer group*). No caso dos fundos cujo mandato seja replicar um índice, define-se performance como sendo sua aderência à sua referência.

#### 4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo ("PLDFT")? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Sim. O programa de treinamento de PLD/CFT do Itaú Unibanco é contínuo e permanente, de acordo com as diretrizes de nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos. É composto por: a) e-learning; b) treinamento em sala de aula; c) campanhas de conscientização e materiais de apoio. O e-learning de PLD/CFT é aplicável a todos os funcionários e reciclado a cada dois anos.

#### 4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

As políticas de práticas ilícitas estão incorporadas na Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos e seguem os mesmos programas de treinamentos citado na questão 4.5.

## 5. Informações gerais

---

|     |  |
|-----|--|
| 5.1 | Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.   |
|     | Não. A Itaú Asset é a unidade de negócios do Itaú Unibanco responsável pela gestão de recursos de terceiros.   |
| 5.2 | Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).                                     |
|     | A organização possui uma estrutura capaz de suportar o crescimento dos ativos, conforme planejamento estratégico de crescimento do negócio.  |
| 5.3 | A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).   |
|     | A Standard & Poor's Global Ratings afirmou em novembro de 202, o Rating de Práticas de Administração de Recursos de Terceiros da Itaú Asset Management (IAM) em "AMP-1 (Muito Forte)". |
| 5.4 | Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?                     |



### **Revista Exame**

- Melhor gestora de fundos pela 12ª vez e 8ª vez consecutiva.
- Melhor gestora de fundos Multimercados, além de melhor gestora de fundos de Varejo Seletivo e Atacado em 2020
- Melhor gestora de fundos em Money Market em 2020
- 2ª melhor gestora de fundos de Varejo e Alta Renda em 2020
- Melhor gestora de fundos Multimercados, além de melhor gestora de fundos de Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2019
- Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações, Alta Renda e Varejo Seletivo em 2017
- Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações e Multimercado, além de melhor gestora de fundos de Varejo, Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2016

### **Relatório anual do PRI - 2020**

- Fomos avaliados com a maior nota possível (A+) na avaliação dos Princípios para Investimentos Responsáveis (PRI) na dimensão estratégia e governança de investimento responsável. Esse reconhecimento é muito importante e demonstra a seriedade com que conduzimos nossas atividades de sustentabilidade em investimentos.

### **Prêmio ALAS20 2020**

- Investidor que demonstra liderança, consistência e excelência na divulgação pública de informações sobre suas práticas de investimento responsável, governança corporativa e pesquisa de sustentabilidade. O prêmio é realizado com o apoio dos PRI, e ficamos em primeiro lugar nas categorias: Leading Institution in Responsible Investment, Brazil; Leading Institution in Corporate Governance, Brazil; e Leading Institution in Sustainability Research, Brazil.

### **Investidor Institucional**

- 2016 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais

### **Valor S&P**

- Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Variável 2017
- Prêmio Top Gestão na Categoria Multimercados 2016

## 6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

**6.1** Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).

A Itaú Asset Management investe significativamente nas áreas de pesquisa fundamentalista, econômica, quantitativa e de crédito cobrindo as principais economias do mundo, como a América Latina, EUA, Europa e Ásia (nesse último, com foco em China e Japão).

A área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset realiza as análises de atividade econômica nacional e internacional, inflação, juros, entre outros indicadores. Já a pesquisa quantitativa desenvolve os modelos econométricos, além de provê suporte às mesas de gestão para modelagem das estratégias.

Já a área de crédito, inserida na mesa de fundos de crédito, está focada na análise de crédito no Brasil. Todo processo de aprovação de crédito é baseado em comitês de investimento com alçadas de crédito bem definidas.

A análise de renda variável está segregada em dois grupos principais: estratégias ativas e estratégias de retorno absoluto. Atualmente, as equipes de pesquisa de empresas cobrem grande parte das empresas na América Latina, das quais boa parte são companhias brasileiras. Os analistas mantêm contato constante com provedores de relatórios de pesquisa externo (sell side), que os ajudam a complementar o rigoroso monitoramento interno de pesquisas.

**6.2** A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.



Integramos questões ASG em nosso processo de investimento por meio de uma metodologia de análise própria, e pela contratação de serviços especializados. A metodologia desenvolvida pela Itaú Asset Management para integrar questões ASG em seu processo de avaliação de empresas listadas tem como objetivo precificar o impacto dessas questões nos modelos tradicionais de valuation. Essa avaliação identifica dimensões multisetoriais e prioriza as dimensões críticas para cada setor no momento de avaliar as empresas. Para avaliação do desempenho de cada empresa são considerados:

- Potencial impacto no fluxo de caixa;
- Gerenciabilidade; e
- Disponibilidade de informações. Como resultado é apresentada uma estimativa de impacto no valor justo da empresa na data da avaliação.

O conhecimento e precificação prévia de temas ASG relevantes auxiliam a identificação de eventos com potencial de geração ou destruição de valor para as empresas. Os fundos de renda variável com gestão ativa consideram as análises realizadas de acordo com essa metodologia em seu processo de decisão de investimento. Não utilizamos filtros negativos que restrinjam o universo de investimento e impactem negativamente o retorno dos investimentos.

### **6.3** Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.

Em novembro de 2021, nosso economista chefe Diogo Guillen , recebeu um convite para compor a diretoria do Banco Central. Para ocupar a posição, a Itaú Asset contratou em janeiro de 2022, o economista Thomas Wu.

Thomas vem de uma trajetória sólida na indústria de Asset, trabalhou no Departamento de Economia da Universidade da Califórnia em Santa Cruz como Professor Associado (com tenure). Foi economista-chefe e sócio da Vantor Investimentos e desde 2016 estava na posição de Economista Global da Verde AM e sócio desde Janeiro de 2021.

É bacharel e mestre em Economia pela PUC-Rio e PhD em Economia pela Universidade de Princeton.

Em setembro de 2020 houve uma reestruturação na equipe de economia com a saída do economista chefe, Felipe Tâmega. Seguindo as melhores práticas de meritocracia e reconhecimento, Diogo Guillen, que já atuava na equipe desde 2015 foi promovido à economista chefe da Itaú Asset Management.

Diogo Guillen se juntou a Itaú Asset Management em 2015 como Head da área de Pesquisa Econômica. Anteriormente, Diogo foi Economista líder na Gávea Investimentos por dois anos, responsável por cobrir as Américas e Ásia. Diogo também passou alguns meses no departamento de Research do Sistema de Reserva Federal de Minneapolis como Pesquisador visitante no National Bank Of Belgium. Paralelo a seu trabalho, Diogo é professor de Mestrado e Doutorado da PUC-Rio e do Insper, além de orientar alunos. Ele é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e Doutorado em Economia pela Princeton University.

#### 6.4 Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?

Além da Estrutura apresentada na questão 6.1, utilizamos serviços de consultores políticos e econômicos, especializados nos mercados doméstico e internacional. A importância da utilização destas fontes está em:

- Informações mais detalhadas e globais para fins comparativos;
- Monitoramento de consenso de mercado.

#### 6.5 Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (*sell side*)?



Esta equipe trabalha como suporte para o buy side. A equipe de análise, independente da mesa na qual está inserida, tem como base da sua política de investimento a análise fundamentalista aplicada através de um processo bottom-up (valuation) e integrado com análises top-down (macro) e pesquisas quantitativas.

Os parâmetros da análise top-down são definidos pela área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset. A análise da política monetária, bem como as projeções de atividade econômica nacional e internacional, inflação, juros, entre outros indicadores indicam o grau de apostas das carteiras e orienta o approach setorial. Já a pesquisa quantitativa desenvolve os modelos econométricos, além de provê suporte às mesas de gestão para modelagem das estratégias.

Dentro do robusto processo de investimento, a análise bottom-up é utilizada pelas mesas de gestão de forma intensa a partir de projeções de fluxos de caixa (DCF), análise de indicadores (EV/EBITDA, P/E, P/BV, etc), além da comparação com o valuation de empresas e ações semelhantes nos mercados desenvolvidos e concorrentes em relação aos fluxos dos investidores internacionais.

#### Principais Processos de Investimento:

A área de crédito da Itaú Asset, inserida na mesa de fundos de crédito, tem como foco a análise de crédito no Brasil, Estados Unidos e Latam. Todo o processo decisório é baseado em comitês de investimento com alçadas de crédito bem definidas. Semanalmente, realiza-se o Comitê de Investimentos, no qual o time faz a análise e discussão das ofertas quanto à estrutura, prazo, rating e volume, incorporando nos processos de avaliação de empresas (bottom-up). Nesse comitê é discutido também cenário econômico (top-down), indústria e mercado secundário de crédito. Os cases avaliados nesse comitê são levados ao Comitê de Crédito, no qual participam o representado pelos seniors management da Itaú Asset, da Holding e das áreas de crédito, jurídico e ESG. A construção dos portfólios por sua vez passa pela análise de fatores de risco macroeconômicos (top-down), gestão de liquidez e diversificação, além de levar em consideração o emissor, rating interno de crédito e tamanho das emissões.

Já a mesa de Renda Fixa, o processo de investimento conta com uma sólida e disciplinada avaliação dos fundamentos e conta com um forte apoio da equipe econômica e quantitativa para desenvolver projeções das principais variáveis macroeconômicas, traçar cenários econômicos (base e alternativos) e identificar oportunidades de investimento. No processo de construção do portfólio, a equipe busca identificar estratégias que apresentam uma relação risco x retorno atraente, e o dimensionamento da posição é ajustado de acordo com o nível de convicção da equipe.

Na mesa de Renda Variável predomina a abordagem fundamentalista na construção do portfólio e inicia-se com a geração de ideias através de uma disciplina de reuniões diárias, semanais e mensais. As reuniões são desenhadas para cobrir diferentes aspectos do processo de investimento como seleção de papéis, posicionamento tático, gestão de risco e cenário macro. Combinamos análise fundamentalista com visão top-down. Deste modo, a análise das empresas tem um foco em bottom-up onde avaliamos as projeções de caixa (DCF), indicadores de mercados, capacidade de gestão, vantagens competitivas, dentre outros fatores, mas consideramos também as perspectivas do cenário para os setores na decisão de investimento.

Independentemente da mesa de gestão, todos os investment cases são classificados e selecionados a partir de um disciplinado e bem definido processo de investimento em um ambiente participativo de interação entre gestores, analistas e economistas. O processo de construção da carteira leva em conta a simulação de cenários base e alternativos - desenvolvidos internamente tomando como parâmetros os upsides calculados a partir das análises bottom-up e top-down, estimativas de correlação dos ativos, análises de posicionamento técnico dos agentes e um rígido controle de risco visando a preservação do capital. O processo recomeça com uma revisão do portfólio e o monitoramento dos riscos de cada estratégia.

#### 6.6 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Os principais são: Bloomberg, Broadcast, Thomson Reuters, Economática, Valor Pro.

## 7. Gestão de recursos

### 7.1 Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.

Principais mudanças:

#### Entradas:

- Eduardo Camara Lopes – Superintendente Portfolio Solutions (2017)\*
- Wladyslaw Zwiazek Carneiro Ribeiro – Gestão Renda Variável e Long and Short (2018)
- Ruy Monteiro Ribeiro – Gestão Portfolio Solutions (2018)
- Alexandre Frade Rodrigues – Gestão Indexados (2018)

- Luiz Alberto Thomson de Lacerda – Gestão Multimercados (2018)
- Pedro Guilherme Rupp Quaresma - Gestão de Renda Variável (2019)
- Bernardo Gomes Nogueira - Gestão Renda Variável (2019)
- Márcio Uejima – Gestão Multimercados (2019)
- Ricardo Marin – Gestão Multimercados (2019)
- Maurício Delgado Salibian – Gestão Multimercados (2019)
- Fabio Zaclis – Gestão Multimercado (2019)
- Ana Luiza Salles Fortes – Gestão Long and Short (2019)
- Oliver Casiuch – Gestão Multimercados (2019)
- Rubens Approbato Machado Neto – Gestão Multimercados (2020)
- Bruno Savaris – Gestão Multimercados (2020)
- Luiz Maria Ribeiro Junior – Gestão Renda Variável (2020)
- Daniel Sugueta Pasquali – Gestão Renda Variável (2020)
- Danilo Sant Anna Pereira – Gestão Renda Variável (2020)
- Luiz Eduardo da Costa Messa – Gestão Renda Variável (2020)
- Diogo Aquino De Rezende Lopes – Gestão Renda Variável (2020)
- Fayga Czerniakowski Delbem – Gestão de Crédito (2020)
- Carlos Augusto Salamonde – CEO (2021)
- Marcelo Mendes – Gestão Multimercados (2021)
- Rodrigo Anderson Koch – Gestão Multimercados (2021)
- Daniel Henrique Tonholo – Gestão Multimercados (2021)
- Pedro Hector Salgado – Gestão Multimercados (2021)
- Luiz Felipe Mescolin – Gestão Multimercados (2021)



- Benjamin R. Mandel – Head de Portfolio Strategy (2021)
- Victor Dweck – Gestão Sistemáticos (2021)
- Thomas Wu – Economista Chefe (2022)

\*Eduardo Camara Lopes ingressou na Itaú BBA em 2002 (quando o Itaú associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt), saiu em 2007 e retornou no ano de 2017.

#### **Saídas:**

- Fabiano Gutierrez Custódio – Gestão Renda Variável e Long and Short (2017)
- André Castro – Gestão Long and Short (2017)
- Tatiana Grecco - Superintendente Portfolio Solutions (2017)
- Gilberto Hideo Nagai – Gestão Renda Variável (2018)
- Ricardo Jun Maeji – Gestão de Renda Variável (2018)
- Frederic Campos Brown – Gestão de Indexados (2018)
- Luiz Felix Cavallari Filho – Gestão de Indexados (2018)
- Marcello Siniscalchi – CIO (2019)
- Igor Hartz Restum – Gestão Multimercados (2019)
- Wladyslaw Zwiazek Carneiro Ribeiro – Gestão Renda Variável e Long and Short (2020)
- André Raduan – Gestão Multimercados (2020)
- Mariano Steinert – Gestão Multimercados (2020)
- Emerson Codogno – Gestão Multimercados (2020)
- André Caldas – Gestão de Renda Variável (2020)
- Ruben Merendi Damiao – Gestão de Renda Variável (2020)
- Rubens Henriques – CEO (2020)
- Diogo Guillen – Economista Chefe (2021)

7.2

Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.

**Seleção de Corretoras**

A seleção de fornecedores terceirizados é bastante robusta. Em primeiro momento, para todas as corretoras recomendadas, é verificado se elas possuem a certificação PQO BMF/Bovespa (mandatório no mercado brasileiro) e é feita uma análise de crédito das mesmas. Além disso, é enviado para as corretoras um questionário de Due Diligence que, depois de completado, têm suas sedes visitadas por representantes das áreas de Compliance, Risco e Segurança da Informação, além dos Coordenadores do Comitê de Corretoras (Equipe Asset). Após a Corretora ser aprovada nesses quesitos, é levada para apreciação no Comitê de Corretoras.

No Comitê de Corretoras, é apresentado um ranking resultante da avaliação realizada pelas áreas acima citadas. Finalmente, para a seleção das corretoras, as equipes de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office dão o seu voto. Os votos de cada área têm um peso diferente, de acordo com o mercado em que a corretora opera. Os dados são compilados pelo Coordenador do Comitê e apresentados para revisão, todo semestre.

Caso ocorra algum fato relevante em alguma contraparte selecionada/aprovada entre as reuniões semestrais, o status da corretora é reavaliado imediatamente. Caso alguma corretora seja suspensa por quaisquer motivos (operacional, regulatório, imagem, etc.), outra corretora avaliada, mas não selecionada no último Comitê, pode ser usada como substituta.

A cada período de 6 meses é realizada nova votação para todas as corretoras, ou seja, as atuais selecionadas/aprovadas e eventuais recomendações pelas áreas envolvidas no processo.

7.3

Descreva o processo de investimento.

## Filosofia e Processo de Investimento

- Acreditamos que o foco total da equipe de gestão no processo de investimento aumenta a geração de valor para o cotista.
- É necessário um processo de investimento robusto para entregar resultados consistentes de médio e longo prazo.
- Estimulamos o ambiente participativo e a interação entre gestores, analistas e economistas.
- A alocação de ativos estratégica é a parte essencial da explicação do retorno de longo prazo.
- O nível de eficiência e estrutura do mercado deve ser levado em consideração no processo de investimento. Essa análise compreende processos quantitativos e qualitativos.
- 



**7.4** Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

A área de Controle Fiduciário monitora e reporta diariamente aos gestores a informação de prazo médio de todos os fundos que são tributados como longo prazo. De posse desta informação, os gestores fazem os ajustes necessários nas carteiras e ainda monitoram as operações que serão efetuadas ao longo do dia para que não haja desenquadramentos dos fundos.

**7.5** Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.



As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

**7.6** Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.

O investimento em ativos no exterior é feito pela equipe de gestão, através de aderência aos processos de seleção de ativos por meio de avaliações quantitativas e qualitativas de empresas potenciais para investimento. As restrições impostas pelas legislações, inclusive para investimento no exterior, estão parametrizadas em nosso sistema de enquadramento (Charles River). Todas as ordens têm o enquadramento simulado através do módulo de pre-trade, que avalia se os ativos que a gestão deseja comprar estão respeitando todas as restrições impostas pela legislação/regulamento do fundo investidor.

## 8. Distribuição

A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:

- 8.1**
- I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);
  - II. conheça seu cliente (KYC);
  - III. PLDFT; e
  - IV. cadastro de cliente.

Como instituição financeira, os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos diversos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. O processo de identificação de cliente é realizado por meio de proposta de abertura de conta e ficha cadastral, que atendem as legislações específicas do Banco Central, além de um processo mais aprofundado de KYC (*Know Your Customer*), conforme o segmento do cliente.

A movimentação dos cotistas de fundos é monitorada com base em critérios definidos pela equipe de PLD (prevenção à lavagem de dinheiro) do Itaú Unibanco.

|  |  |
|--|--|
| 8.2  | A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).  |
| Os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. Contudo, alguns fundos poderão ser distribuídos por terceiros, mediante celebração de um Contrato de Distribuição.  |  |
| 8.3  | Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado? |
| A área de Distribuição é responsável pela manutenção e prospecção de clientes Institucionais, Corporate, Distribuidores, e Pessoa Física. O desenvolvimento do negócio engloba a Distribuição de fundos de investimentos da Itaú Asset Management, bem como detalhamento das estratégias de cada produto. Em alguns segmentos, a área de Distribuição funciona como especialista de produtos fornecendo informações para outras áreas que atuam diretamente com clientes, como por exemplo o Varejo, Private, Middle e Institucional.  |  |
| Os gerentes e assistentes têm disponível na sua estação de trabalho um sistema proprietário onde são cadastradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). O gerente tem à disposição as rotas para verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas (aplicação/ resgate de fundos) além das informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros. Adicionalmente, os colaboradores contam com sistemas de informação que trazem notícias no Brasil e no mundo sobre economia, relatórios, finanças pessoais e cotações. |  |
| 8.4  | Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.                                  |
| O Itaú Unibanco conta com área específica dedicada à distribuição de fundos próprios, voltada à prospecção e captação de clientes institucionais, corporate e relacionamento com distribuidores não vinculados ao Conglomerado Itaú Unibanco, além de contar com a força de venda do Conglomerado Itaú Unibanco.   |  |
| A área de distribuição conta um sistema proprietário onde são registradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). A ferramenta também permite a verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas, aplicação/resgate de fundos, informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros.   |  |



## 9. Risco

### 9.1 Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.

No final do ano de 2016 a SGRA (Superintendência de Gestão de Risco Asset) passou a fazer parte da Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), sob-responsabilidade da Sra. Tatiana Grecco que assumiu a diretoria após ter passado por diversas áreas de gestão na Itaú Asset até chegar a posição de Superintendente de Portfolio Solutions Brasil.

Em 2018 houve uma alteração na SGRA com a saída do Superintendente Sr. Edson Kojo e entrada do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos.

### 9.2 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?

Os relatórios de risco são gerados diariamente, com a última posição disponível do Fundo ou Carteira, e disponibilizados aos gestores. Os relatórios possuem as principais medidas de risco pertinentes à categoria do Fundo ou Carteira: VaR, Stress, B-VaR, Tracking Error, Exposição e Year Equivalent. Diariamente também é elaborado o relatório de controle de limites, que mostra a utilização do limite de riscos de mercado dos Fundos e Carteiras Administradas.

### 9.3 Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.

As decisões sobre quais ativos serão analisados são realizadas em um Comitê de Investimento, do qual participam analistas e gestores. A decisão é colegiada. Definido que a operação é interessante, o analista responsável fará a análise retrospectiva e prospectiva do crédito.

As decisões sobre o risco de crédito são tomadas em um Comitê de Crédito. Existe uma Política de Alçadas bem definida e ratificada pela área de risco da Itaú Unibanco Holding.

### 9.4 Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?



As avaliações das garantias seguem vários critérios: Liquidez, Força Jurídica, Cobertura da Dívida, Volatilidade, correlação com a atividade da empresa, etc. As garantias são analisadas pela área de crédito que avalia todos esses critérios, área jurídica que atende a Itaú Asset, escritório jurídico independente e empresas especializadas em avaliação de imóveis.

Conforme o nível de risco da operação, as garantias devem ter laudo de avaliação de valor quando aplicável por empresa especializada, laudo jurídico onde deve constar os riscos de execução da garantia, jurisprudência, etc. Fora isso é obrigatório a existência de um agente de garantia que irá monitorar as garantias quanto a sua existência, disponibilidade e valor de forma a evitar fraudes e erros operacionais (falta de registro, dupla cessão, etc).

Todas as garantias são reavaliadas de acordo com o rating interno da operação. A reavaliação, portanto, será feita numa frequência de 3 meses no mínimo a 12 meses no máximo e/ou sob demanda.

**9.5** As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

Sim. Todas as análises de crédito levadas ao comitê de crédito contemplam a avaliação ASG. O White Paper sobre avaliação ASG em crédito privado demonstra o modelo ASG da IAM e sua aplicação na avaliação de crédito.

**9.6** A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

As revisões periódicas do portfólio ajudam a identificar eventuais deteriorações de crédito, que por sua vez serão refletidas no rating. Em um evento de inadimplência, poderá ser constituída uma provisão (percentual do valor atual do título) estimada de acordo com a perda esperada vinculada aos ativos do emissor e/ou com a taxa de recuperação dado as garantias (se houver).

Os ratings definidos internamente pela área de crédito da Itaú Asset Management são revisados a cada 3, 6 ou 12 meses de acordo com o nível de rating de cada emissor. Eventos extraordinários de deterioração (ou melhora) do crédito resultarão em revisão fora do período estabelecido.

**9.7** A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, o Itaú possui área de tecnologia da informação própria que engloba as atividades de informática do Itaú Unibanco, sendo Ricardo Guerra o Diretor responsável pelas áreas de Tecnologia e Operação (ATO). Os principais objetivos da área são: alinhamento ágil e completo aos negócios, processamento com qualidade e alta disponibilidade, busca constante de soluções inovadoras e controle rigoroso de custos. A Diretoria de relacionamento de TI e a Diretoria de Engenharia, fazem parte da estrutura de Tecnologia e atendem aos negócios da WMS e da Itaú Asset Management, dentre outros negócios do Banco de Atacado e Varejo.

**9.8** Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

**9.9** Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?

Sim, há um programa dedicado e monitorado, com avaliações aleatórias e periódicas. As gravações são mantidas por até 5 anos, dependendo da criticidade da área. Em relação à escuta de gravações, segue política abaixo:

- O funcionário que tiver necessidade de escutar uma gravação telefônica necessita da autorização do Diretor e ciência do Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área de negócio;
- As solicitações de escuta efetuadas por outras Áreas Executivas da Instituição serão atendidas pelo administrador mediante aprovação do Diretor da área de negócios da WMS envolvida e do Superintendente da WMS;
- As solicitações de transcrição ou escuta de gravações telefônicas por órgãos reguladores serão submetidas à avaliação da Diretoria da WMS.

Vale ressaltar que as informações contidas nas gravações somente podem ser usadas para fins profissionais e deve-se manter sigilo e confidencialidade em relação ao seu conteúdo. Além disso, cada funcionário só pode ouvir as conversas (com as devidas autorizações mencionadas acima) dos seus respectivos ramais. A área de SUP PLANEJ PRODUC EM TI é responsável pelo sistema de Gravação Telefônica e as premissas estabelecidas são baseadas no Código de Conduta WMS.



9.10

Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

O backup dos dados, independentemente da plataforma (*mainframe* ou servidores corporativos, excluindo *desktops*, que por política não possuem informações corporativas), é efetuado na infraestrutura corporativa, composta por dispositivos de armazenamento e bibliotecas automatizadas de alta disponibilidade.

O gerenciamento também é centralizado, com papéis e responsabilidades definidos para todas as etapas, desde a solicitação de *backup*, e incluindo implementação e monitoramento da infraestrutura necessária e do próprio processamento do *backup*, entre outras atividades relacionadas ao processo.

Políticas definem atributos relacionados aos backups, como tipo (integral ou incremental), periodicidade/frequência (diário, semanal, mensal, anual), período de retenção (mensal, anual) e local de armazenamento das mídias. Estes atributos variam em função de exigências legais ou regulatórias, requerimentos do negócio/aplicação e requerimentos do fluxo de produção, entre outros fatores. Para propósito de *Disaster Recovery* é efetuada replicação on-line de dados.

9.11

Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O acesso ao *Data Center* é controlado, permitido apenas a funcionários autorizados e visitantes autorizados acompanhados por funcionário. O controle do acesso físico é feito por portas automáticas do tipo eclusa, com bloqueio controlado por cartão/leitor magnético ou manualmente pelo elemento controlador de acesso de cada área. Adicionalmente, há um segundo nível de acesso para áreas específicas dentro do *Data Center*. Há monitoramento por 24 horas, a partir de imagens geradas por câmeras de vigilância.

9.12

Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

O Centro Tecnológico localizado na cidade de Mogi Mirim que foi inaugurado em 13/03/2015, possui uma área construída de 59.815 m<sup>2</sup> de 10.600 m<sup>2</sup> de área de TI, dividido em dois data centers (DC1 e DC2).

O fornecimento de energia elétrica é feito através de uma subestação, capacitada atualmente para 30 MW com duas linhas de transmissão de 138 kV. O empreendimento conta com 12 geradores a diesel de 4MW que em caso de emergência estão capacitados para assumirem a carga de TI em aproximadamente 1 minuto. Em caso de falta de energia cada prédio possui 7 sistemas de No Breaks com autonomia de 15 minutos.

Para controle de temperatura dos ambientes de TI, contamos com 12 Lineups (conjunto de bombas, chiller, filtros e torre de resfriamento) com capacidade de 850TR. Cada prédio possui 1 tanque de água gelada que armazena 462 m<sup>3</sup> que permite que o prédio opere por 15 minutos com o sistema de refrigeração em crise.



No empreendimento, contamos com 5 sistemas de automação que monitoram e/ou controlam cerca de 120 mil variáveis. Dentre eles podemos destacar Smart Cooling, que mantém a temperatura nas salas de TI, através de um sistema de monitoração Wireless, onde cada máquina de ar condicionado tem seu mapa de influência permitindo uma operação segura e eficiente.

Adotando as mais novas tecnologias e as melhores práticas com foco em disponibilidade, qualidade e sustentabilidade, o site obteve 4 certificações que comprovam esse compromisso:

- TIER III Gold - Projeto: certificação de um projeto concebido para ser altamente disponível;
- TIER III Gold - Construção: garantia de que a construção seguiu as diretrizes projetadas e certificadas
- LEED Gold para os prédios DC1 e DC2 e LEED Silver para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e
- TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos links de comunicação/telecomunicação.

Outra certificação firma o compromisso e o trabalho das equipes na busca por excelência operacional. A TIER III Gold – Operação Facilities assegura elevado nível de maturidade, Governança, Procedimento, Processo, Treinamentos e, por consequência, disponibilidade de Facilities.

O Centro Tecnológico localizado em São Paulo possui sistemas de no break (capacidade de 15 minutos) e, adicionalmente aos nobreaks, um conjunto de geradores (com redundância), que assumem o fornecimento de energia em menos de 1 minuto e são capazes de prover energia para todo o CPD, por tempo indeterminado, em caso de falta de energia da concessionária pública.

#### **Processadores:**

- Mainframe Banco + Cartões: 16 equipamentos físicos (IBM – zSeries), com capacidade total de 302.830 MIPS (milhões de instruções por segundo), sendo 291.068 MIPS no CTMM e 11.762 MIPS no CTSP (DR) – sem considerar capacidade on-demand disponível;
- Ambiente Distribuído: 3752 servidores que atendem o ambiente Atacado (IBM, SUN, HP, DELL).

#### **Armazenamento:**

- DASD: 3.562 Terabytes (CTMM) + 1.748 Terabytes (CTMM), totalizando 5.310 Terabytes em subsistemas high-end IBM.

- SAN: 5.784 portas (CT) + 9.384 portas (CTMM), totalizando 15.168 portas; com 30 switches (CT) + 44 switches (CTMM), totalizando 74 switches SAN Mainframe.
- Tape78 tape drives, 9.144 cartuchos e 29,75 PB de volume armazenado no ambiente de atacado referente ao ambiente distribuída.
- Tape: 64 Virtualizados com total de 12,5 TB cache e 12 Tape Libraries com total de 50,4 PB de dados retidos referente a alta plataforma.

#### **Rede:**

- Alta capacidade e redundância, com destaque para Internet (06 Links de 01 Gbps (conexão com operadoras) + 02 Links de 10Gbps (conexão com PTT) e replicação de dados para efeito de Disaster Recovery (com mais de 70 Gbps). Suporte a múltiplos protocolos (Fiber Optics (dark fiber & DWDM), STM-1 Digital Radios, MPLS).

#### **Software Mainframe:**

- Software Básico: IBM – z/OS
- Segurança: IBM – Racf,/ Tivoli
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao atacado);
- Monitores: IBM – IMS/CICS

#### **Software Ambiente Distribuído:**

- Software Básico: IBM AIX, Solaris e Red Hat Linux e Windows Server
- Segurança: IBM – Tivoli Identity Manager (TIM)
- Segurança: IBM – Tivoli Access Manager (TAM)
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao ambiente atacado).

#### **Correio:**

- MS Exchange

**9.13** A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim, entre os mecanismos utilizados para proteção contra ataques lógicos podem ser destacados: *firewalls* em todos os pontos pertinentes, sistema de detecção de intrusão (*IDS - Intrusion Detection System*), execução periódica de testes de penetração, atualização contínua de servidores (patches), atualização contínua e automática de antivírus, *anti-spyware* e *anti-spam* (filtro de e-mail). São também efetuados testes de segurança visando à proteção dos sistemas contra ameaças internas e externas. O Banco possui um CIRT (*Cyber Incident Response Team*), responsável pela prevenção e contenção de incidentes de segurança.

**9.14** São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Vide questão anterior. Testes são realizados periodicamente. Além disso, a existência de políticas corporativas de Segurança de Informação (SI-39) e de Continuidade de negócios (CN-5), descrevem as diretrizes para tratamento das informações, bem como realização de testes para garantir a integridade das mesmas.

## 10. Compliance e controles internos

**10.1** A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.

Sim. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

- Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
- Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
- Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

### Controles Internos e Risco Operacional

Identificação, captura e registro de eventos de riscos;

- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia;

### Compliance



- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

### Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

#### 10.2

Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de “túnel de preço”, que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste “túnel”, o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

#### 10.3

Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.

A adesão ao Código de Ética do Itaú Unibanco é feita por meio de um processo eletrônico anual a um termo de ciência às políticas de integridade corporativa (do qual o Código de Ética faz parte).

#### 10.4

Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.

A política setorial de investimentos pessoais tem por objetivo proteger o Conglomerado Itaú Unibanco de riscos legais e de imagem decorrentes da utilização de informações privilegiadas nos investimentos pessoais de diretores e colaboradores da Wealth Management & Services (WMS).

Tem por finalidade, ainda, disciplinar as operações de investimento pessoal estabelecendo requisitos, determinando restrições e fixando parâmetros para a efetivação dos negócios.

Como diretrizes gerais, a fim de observar as melhores práticas de mercado e atender as normas vigentes, é imprescindível que:

- a. Além das definições previstas na política, sejam observadas as diretrizes estabelecidas no Código de Ética Itaú Unibanco e na Política Corporativa de Integridade e Ética.
- b. As operações com Valores Mobiliários das Empresas Abertas Relacionadas ao Itaú Unibanco Holding S.A. ou neles referenciados observem as regras previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.
- c. Qualquer informação detida pelos Aderentes da política, em decorrência de sua atuação profissional no Conglomerado Itaú Unibanco, seja mantida em sigilo, e não seja usada como base para a tomada de decisão em seus investimentos que podem caracterizar por exemplo Front Running ou Insider Trading.
- d. Os investimentos sejam orientados para serem de longo prazo e não para a especulação no curto prazo.
- e. Os investimentos não sejam realizados por meio de Veículos de Investimento, com o intuito de burlar regras de investimentos previstas nesta política.
- f. Os investimentos não sejam realizados em nome ou por meio de terceiros (interpostos pessoais), bem como para benefício de seus colaboradores ou de seus clientes, ou ainda em conjunto com eles.
- g. Os investimentos não representem potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções.
- h. Não se utilize processo ou artifício destinado à criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários, à Manipulação de Preço, à realização de operações fraudulentas ou ao uso de Práticas Não Equitativas.

i. A solvência e a credibilidade dos Aderentes desta Política não sejam colocadas em risco.

Existe monitoramento periódico e o reporte é feito ao Comitê Integridade e Ética.

Para mais informação, acesse nossa política disponível no link:

<http://www.itaú.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/>



|   |  |
|---|--|
| 10.5  | Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?   |
| Não. Executivos e sócios possuem acesso aos mesmos instrumentos de investimento que clientes do banco.  |  |
| 10.6  | Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).  |
| A WMS proíbe a utilização de sistemas de telefonia móvel – transmissão de voz ou dados (ex.: smartphones e tablets) dentro das dependências estabelecidas no Código de Conduta WMS para todos os seus colaboradores; há monitoramento dos e-mails enviados para fora do banco, assim como as mensagens trocadas pelos canais da Bloomberg e Reuters.  |  |
| 10.7  | Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.   |
| Os controles e processos estabelecidos pelo Itaú Unibanco para prevenir e combater atos ilícitos atendem as exigências estabelecidas na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (12.683/12), os normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores e melhores práticas internacionais para controle de operações em bolsa e aquelas cursadas em mercado de balcão organizado.  |  |
| 10.8  | Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades. |
| <p>A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.</p> <p>Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.</p> <p>Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.</p> <p>Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.</p> <p>As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Segregação comercial por segmento de mercado,</li></ul> |  |



- Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,
- Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e
- Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradoras de riscos;
- Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

**10.9** Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de “túnel de preço”, que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste “túnel”, o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

**10.10** Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)

O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira, com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos books. Os fundos abertos não fazem uso de agente externo.

**10.11** Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.

O assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

**10.12** A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?

Não.

## 11. Jurídico

- 11.1** Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).

As questões jurídicas são tratadas por estrutura interna especializada em questões relativas ao mercado de capitais.

## 12. Anexos ou endereço eletrônico

|              |  | Anexo ou link  |
|--------------|--|--|
| <b>12.1</b>  | Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão                              | Sim. Por favor solicitar ao seu gerente de relacionamento.   |
| <b>12.2</b>  | Código de ética e conduta  | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==">https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==</a>             |
| <b>12.3</b>  | Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)                                   | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.4</b>  | Relatório de Rating  | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/show.aspx?idMateria=BBE2sq1YvkNi5byZ4wBDsw==&amp;language=m=pt">https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/show.aspx?idMateria=BBE2sq1YvkNi5byZ4wBDsw==&amp;language=m=pt</a> |
| <b>12.5</b>  | Manual/Política de Liquidez  | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.6</b>  | Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos) | Política interna.  |
| <b>12.7</b>  | Formulário de referência   | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.8</b>  | Manual/Política de controles internos e compliance   | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.9</b>  | Manual/Política de gestão de risco   | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.10</b> | Manual/Política de investimentos pessoais  | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.11</b> | Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários          | Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas ( <a href="https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/">https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/</a> )   |
| <b>12.12</b> | Manual/Política de segurança de informação   | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==">https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==</a>             |

|              |  |  |
|--------------|--|--|
| <b>12.13</b> | Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro   | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==">https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==</a> |
| <b>12.14</b> | Manual/Política de KYC   | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==">https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==</a> |
| <b>12.15</b> | Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários | Política interna   |
| <b>12.16</b> | Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental   | Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco <a href="https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==">https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ListGroupAccordion.aspx?IdCanal=jjCFHS5IadmGCLdvw2zldg==</a> |
| <b>12.17</b> | Manual/Política de seleção e contratação de terceiros  | Política interna.  |
| <b>12.18</b> | Lista das corretoras aprovadas (se houver)   | Informação interna.  |

São Paulo, 31 de março de 2022

|   |  |
|---|--|
| [ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO] | [ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO] |
| [NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]       | [NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]          |
| [CARGO]   | [CARGO]  |
| [TELEFONE]  | [TELEFONE]   |
| [E-MAIL CORPORATIVO]                                      | [E-MAIL CORPORATIVO]   |



estrangeira no Mercado de Câmbio de Taxas Livres, fazendo constar no campo 39 da tela de registro na transação PCAM380 o número e data desta Carta-Circular.

6. Para fins de registro dos investimentos em Fundo de Renda Fixa - Capital Estrangeiro realizados na forma desta Carta-Circular:  
I - prevaleçam as disposições da Circular nº 2.728, de 28.11.96, nos termos do artigo 18 do Regulamento Anexo à Circular nº 2.812, de 18.03.98;

II - serão acolhidos apenas os valores resultantes de operações de câmbio conduzidas com estrita observância das normas cambiais em vigor.

7. Devem ser observadas, ainda, as demais normas regulamentares, fiscais e tributárias aplicáveis às operações tratadas nas Circulares nº 2.813, de 18.03.98, e nº 2.815, de 01.04.98, e nesta Carta-Circular.

8. Esta Carta-Circular entra em vigor na data de sua publicação.  
9. Fica revogada a Carta-Circular nº 2.793, de 24.03.98.

JOSÉ MARIA FERREIRA DE CARVALHO  
Chefe do Departamento de Câmbio

FERNANDO ANTÔNIO GOMES  
Chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros

(Of. nº 74/98)

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DECISÃO CONJUNTA Nº 3, DE 7 DE ABRIL DE 1998

Retifica o Inciso IV do artº 1º da Decisão - Conjunta CVM/SPC nº 02, de 26/02/98, publicada no Diário Oficial da União nº 44, de 06/03/98, Seção I, Página 68.

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria Interina da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo em vista o disposto na Resolução nº 2.467, de 19/02/98, do Conselho Monetário Nacional, decidem:

Artº 1º Alterar a redação do Inciso IV do artº 1º da Decisão - Conjunta CVM/SPC nº 02, de 26/02/98, publicada no Diário Oficial da União nº 44, de 06/03/98, Seção I, Página 68, que passa a ser a seguinte:

"IV - na hipótese de um fundo mútuo - cujas quotas tenham sido integralizadas com ações - constituído nos termos das Instruções CVM nº 254, de 19 de setembro de 1996, e nº 258, de 22 de janeiro de 1997, as respectivas ações integrantes desse fundo, pertencentes à entidade fechada de previdência privada (EFPP), cumulativamente com as ações congêneres detidas diretamente pela EFPP, não podem ultrapassar os limites de aplicação ou de diversificação estabelecidos na regulamentação em vigor a ela aplicável."

Artº 2º Esta Decisão - Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO DA COSTA E SILVA  
Presidente da Comissão

ROSANEIDE ANASTÁCIO MACHADO  
Secretária

(Of. nº 41/98)

## Superintendência de Relações com Investidores Institucionais

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.748, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a TENDÊNCIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.G.C. 65.435.174, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.749, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar o Sr. JOSÉ MARIA RIBEIRO DE MELO, C.P.F. 298.565.236-72, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.750, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a MERCATTO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/C LTDA, C.G.C. 02.193.145, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.751, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a Sra. AIRELENE ROCHA SANTOS, C.P.F. 260.294.807-15, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.752, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a AXIOMA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA, C.G.C. 02.382.124, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.753, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar o Sr. LUIS EDUARDO ALVES DE ASSIS, C.P.F. 033.426.558-44, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.754, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a BBA-CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., C.G.C. 33.311.713, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 4.755, DE 19 DE ABRIL DE 1998

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, resolveu autorizar a PARADIGMA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA, C.G.C. 02.329.843, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

JAIRO CORREA DE SÁ  
Em exercício

(Of. nº 247, de 1998)

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 376, DE 9 DE MARÇO DE 1998

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Excmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, através da Portaria nº 354, de 29 de outubro de 1980 tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos SUSEP Nºs 005-0031/97 e 15414.001591/97-35 resolve:

Aprovar as alterações introduzidas no Estatuto Social da VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. com sede na cidade de São Paulo - SP, dentre elas a relativa ao aumento de seu capital social de R\$ 5.747.225,52 (cinco milhões, setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 10.189.923,00 (dez milhões, cento e oitenta e nove mil e novecentos e vinte e três reais), através da apropriação de créditos em contas correntes, conforme deliberações de seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária de 24 de dezembro de 1996 e Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas cumulativamente em 11 de março de 1997.

HELIO OLIVEIRA PORTOCARRERO DE CASTRO



## CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (CNPJ 33.311.713/0001-25) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Sociedade Distribuidora de TVM**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 08:34:35 do dia 5/6/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: R0JzpyiNOnSxteLcgvOp

Certidão emitida gratuitamente.



## CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (CNPJ 33.311.713/0001-25) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Sociedade Distribuidora de TVM**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 07:59:37 do dia 28/6/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: gRqLqCdN0juoWXRtHS6u

Certidão emitida gratuitamente.



São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

**Ref.: Cancelamento de autorização para funcionamento como instituição financeira da Itaú DTVM.**

Prezado Cliente,

A partir de decisão estratégica do Itaú Unibanco em reorganizar internamente suas atividades, cujo objetivo é propiciar eficiência dos seus negócios e a otimização da sua estrutura organizacional, a Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Itaú DTVM"), informa aos seus clientes que pretende ingressar perante o Banco Central do Brasil com pedido de cancelamento de sua autorização para funcionar como instituição financeira, na forma do inciso I do art. 21 da Resol. CMN 4970/21.

Desta forma, Itaú DTVM alterará sua denominação social para Itaú Investment Solutions e continuará exercendo normalmente suas atividades consideradas não-financeiras, tais como a administração de carteira (gestão) de fundos de investimentos.

As atividades consideradas financeiras exercidas pela Itaú DTVM (custódia de ativos financeiros de investidores não residentes) serão transferidas para a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade também integrante do Conglomerado Itaú, que continuará exercendo tais atividades normalmente.

Para você cliente, nada muda. Continuaremos desenvolvendo nosso trabalho buscando entregar os melhores produtos e experiências.

Permanecemos inteiramente à sua disposição para eventuais esclarecimentos ou informações adicionais."

Atenciosamente,

**Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0114641 - 2024

**CPF/CNPJ Raiz:** 33.311.713/

**Contribuinte:** ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS SA

**Liberação:** 29/01/2024

**Validade:** 27/07/2024

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 1.208.944-3- Inicio atv :04/08/1971 (AV BRIG FÁRIA LIMA, 03500 - CEP: 04538-132 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:55:45 horas do dia 29/01/2024 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** D1B1DF9

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.  
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.311.713/0001-25

Certidão nº: 4061145/2024

Expedição: 17/01/2024, às 14:28:10

Validade: 15/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.311.713/0001-25**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 33.311.713/0001-25

NIRE 35300011465

### ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 29.04.2022, às 10h45, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar, parte, Itaim Bibi, em São Paulo (SP). **MESA:** Carlos Fernando Rossi Constantini - Presidente; Carlos Henrique Donegá Aidar - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **PRESEÇA LEGAL:** Administradores da Sociedade e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **AVISO AOS AÇIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme o art. 133, § 5º, da LSA. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:**

**I. Em pauta ordinária:** 1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021, publicado na edição de 08.03.2022 do "O Estado de S. Paulo" (pp. B13) e, na versão digital do mesmo jornal, Seção Relação com Investidores (pp. 01 a 02). 2. Aprovada a destinação ao lucro líquido exercício de 2021, no valor total de R\$ 160.588.258,01, da seguinte forma: a) R\$ 8.029.412,90 para a conta de Reserva Legal; b) R\$ 151.033.256,66 para a conta de Reserva Estatutária; e c) R\$ 1.525.588,45 para pagamento de dividendos aos acionistas, imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, a serem pagos até 31.12.2022 tendo como base de cálculo a posição acionária hoje registrada. 3. Para o próximo mandato trienal da Diretoria, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025: (i) Reeleitos **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 13.131.577-8, CPF 136.386.138-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **ANDRÉ BALESTRIN CESTARE**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 28.909.394-6, CPF 213.634.648-25, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **BADI MAANI SHAIKHZADEH**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/PR 6.620.260-7, CPF 029.765.269-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, brasileiro, casado, economista, RG IFRJ 063.603.64-1, CPF 011.393.467-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 04º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG SSP/SP 23.943.904-11, CPF 166.945.868-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 02º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CLAUDIO CÉSAR SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 13.109.863-9, CPF 044.295.098-59, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 15º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **DANIEL NASCIMENTO GORETTI**, brasileiro, casado, engenheiro naval, RG-SSP/MG 10632432, CPF 051.319.496-70, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **JOSÉ GERALDO FRANCO ORTIZ JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP-32.903.067-X, CPF 290.270.568-97, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 1º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **PEDRO LINS ALBUQUERQUE BARBOSA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/DF 508.621, CPF 578.671.191-91, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 4º andar CEP: 04538-132; **RENATO GIONGO VICHI**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 245368693, CPF 286.036.758-64, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RITA RODRIGUES FERREIRA CARVALHO**, brasileira, casada, atuária, RG-IFRJ 10047290-1, CPF 037.511.527-76, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **TATIANA GRECCO**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, RG-SSP/SP 22.539.046-2, CPF 167.629.258-63, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-132. (ii) Registrado que os diretores eleitos (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), incluindo as declarações de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) serão investidos após homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 4. Em atendimento às normas do CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as seguintes responsabilidades são atribuídas aos diretores da Companhia, na forma abaixo: **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL:** Representante de investidor não residente - Resolução CMN 4.373/2014 e ICVM 560/15; e Prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Resolução CVM 32/2021. **BADI MAANI SHAIKHZADEH:** Assuntos do selic - Resolução BACEN 55/2020; e Requerimento de margem bilateral de garantia em operações de derivativos - Resolução CMN 4.662/2018. **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE:** Administração da carteira de valores mobiliários (gestão de recursos) - Resolução CVM 21/2021. **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR:** Área contábil - Resolução CMN 4.924/2021 e Resolução BACEN 120/2021; Atualização do UNICAD - Circular BACEN 3.165/2002; Registro de operações de cessão de crédito - Resolução CMN 3.998/2011; e SCR - Circular BACEN 3.870/2017. **CLAUDIO CÉSAR SANCHES:** Adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente - Resolução CVM 30/2021; Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Resolução CVM 35/2021; Contas de depósitos - Resolução CMN 4.753/19; Compartilhamento Open banking - Resolução Conjunta 1/2020; Procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário - Resolução CMN 4.790/2020; Sistema RDR - Circular BACEN 3.729/2014; e Sistema de informações de valores a receber (SVR) e sobre a remessa ao BACEN de informações relativas a valores a devolver a pessoas naturais e jurídicas - Resolução BACEN 98/2021. **DANIEL NASCIMENTO GORETTI:** Operações de empréstimo e troca de títulos - Resolução CMN 3.197/2004. **JOSÉ GERALDO FRANCO ORTIZ JUNIOR:** Fornecimento de Informações Previstas em Normas Legais e Regulamentares - Circular BACEN 3.504/10; Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e de Serviços Financeiros - Resolução CMN 4.949/2021; e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98 e Regulamentação Específica. **PEDRO LINS DE ALBUQUERQUE BARBOSA:** Administração da carteira de valores mobiliários (gestão de recursos) - Resolução CVM 21/2021; e Administração de recursos de terceiros - Resolução CMN 2.451/1997. **RENATO GIONGO VICHI:** Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional ("SFN") - Resolução BACEN 179/2022. **RITA RODRIGUES FERREIRA CARVALHO:** Cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Resolução CVM 21/2021; Gestão de riscos relativa à administração da carteira de valores mobiliários - Resolução CVM 21/2021; Procedimentos e controles internos relativos à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Resolução CVM 32/2021; e Procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados - Resolução CVM 35/2021. **TATIANA GRECCO:** Apuração e Remessa de Informações RWA - Resolução BACEN 100/2021. 5. Mantido em até R\$ 144.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2022. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. **II. Em pauta extraordinária:** 1. Aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$ 100.000.000,00, que passará de R\$ 535.000.000,00 para R\$ 635.000.000,00, mediante capitalização de parte das Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações, com a finalidade de adequar os limites das Reservas Estatutárias frente ao capital da Companhia, conforme estabelecido no art. 199 da LSA. Como resultado, o *caput* do art. 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais), dividido em 471.221.921 (quatrocentos e setenta e um milhões, duzentas e vinte e uma mil, novecentas e vinte e uma) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 267.988.655 (duzentos e sessenta e sete milhões, novecentas e oitenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e cinco) ordinárias e 203.233.266 (duzentos e três milhões, duzentas e trinta e três mil, duzentas e sessenta e seis) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade." 2. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração acima mencionada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes; e declarações de desimpedimento dos administradores eleitos. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 29 de abril de 2022. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini - Presidente; Carlos Henrique Donegá Aidar - Secretário. **Acionistas:** Itaú Unibanco S.A. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini - Diretor; Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (aa) Carlos Henrique Donegá Aidar - Diretor. JUCESP - Registro nº 381.702/22-4, em 28.07.2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.





29 04 22

# ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ 33.311.713/0001-25

NIRE 35300011465

## ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 29.04.2022, às 10h45, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar, parte, Itaim Bibi, em São Paulo (SP).

**MESA:** Carlos Fernando Rossi Constantini – Presidente; Carlos Henrique Donega Aidar – Secretário.

**QUORUM:** Totalidade do capital social.

**PRESENÇA LEGAL:** Administradores da Sociedade e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA").

**AVISO AOS ACIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme o art. 133, § 5º, da LSA.

### DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

#### I. Em pauta ordinária:

1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021, publicado na edição de 08.03.2022 do "O Estado de S. Paulo" (pp. B13) e, na versão digital do mesmo jornal, Seção Relação com Investidores (pp. 01 a 02).

2. Aprovada a destinação ao lucro líquido exercício de 2021, no valor total de R\$ 160.588.258,01, da seguinte forma:

- a) R\$ 8.029.412,90 para a conta de Reserva Legal;
- b) R\$ 151.033.256,66 para a conta de Reserva Estatutária; e
- c) R\$ 1.525.588,45 para pagamento de dividendos aos acionistas, imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, a serem pagos até 31.12.2022 tendo como base de cálculo a posição acionária hoje registrada.

ATA SUMARIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA DA ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. DE 29.4.2022

3. Para o próximo mandato trienal da Diretoria, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025:

(i) Reeleitos **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 13.131.577-8, CPF 136.386.138-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **ANDRE BALESTRIN CESTARE**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 28.909.394-6, CPF 213.634.648-25, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **BADI MAANI SHAIKHZADEH**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/PR 6.620.260-7, CPF 029.765.269-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, brasileiro, casado, economista, RG IFP/RJ 063.603.64-1, CPF 011.393.467-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 04º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG SSP/SP 23.943.904-11, CPF 166.945.868-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 02º, andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CLAUDIO CÉSAR SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 13.109.863-9, CPF 044.295.098-59, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 15º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **DANIEL NASCIMENTO GORETTI**, brasileiro, casado, engenheiro naval, RG-SSP/MG 10632432, CPF 051.319.496-70, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **JOSÉ GERALDO FRANCO ORTIZ JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP-32.903.067-X, CPF 290.270.568-97, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 1º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **PEDRO LINS ALBUQUERQUE BARBOSA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/DF 508.621, CPF 578.671.191-91, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 4º andar CEP: 04538-132; **RENATO GIONGO VICHI**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 245368693, CPF 286.036.758-64, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RITA RODRIGUES FERREIRA CARVALHO**, brasileira, casada, atuária, RG-IFP/RJ 10047290-1, CPF 037.511.527-76, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **TATIANA GRECCO**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, RG-SSP/SP 22.539.046-2, CPF 167.629.258-63, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-132.



ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. DE 29.4.2022

(ii) Registrado que os diretores eleitos (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), incluindo as declarações de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) serão investidos após homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

4. Em atendimento às normas do CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as seguintes responsabilidades são atribuídas aos diretores da Companhia, na forma abaixo:

**ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL**

Representante de investidor não residente - Resolução CMN 4.373/2014 e ICVM 560/15; e  
Prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Resolução CVM 32/2021.

**BADI MAANI SHAIKHADEH**

Assuntos do selic - Resolução BACEN 55/2020; e  
Requerimento de margem bilateral de garantia em operações de derivativos - Resolução CMN 4.662/2018.

**CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**

Administração da carteira de valores mobiliários (gestão de recursos) - Resolução CVM 21/2021.

**CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**

Área contábil - Resolução CMN 4.924/2021 e Resolução BACEN 120/2021;  
Atualização do UNICAD - Circular BACEN 3.165/2002;  
Registro de operações de cessão de crédito - Resolução CMN 3.998/2011; e  
SCR - Circular BACEN 3.870/2017.

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Henrique Donega Aidar, Carlos Henrique Donega Aidar e Carlos Fernando Rossi Constantini.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6A28-9384-883A-99A9.

ATA SUMÁRIA  
29 07 22

**CLAUDIO CÉSAR SANCHES**

Adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente - Resolução CVM 30/2021;  
Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Resolução CVM 35/2021;

Contas de depósitos - Resolução CMN 4.753/19;

Compartilhamento Open banking - Resolução Conjunta 1/2020;

Procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário - Resolução CMN 4.790/2020;

Sistema RDR - Circular BACEN 3.729/2014; e

Sistema de informações de valores a receber (SVR) e sobre a remessa ao BACEN de informações relativas a valores a devolver a pessoas naturais e jurídicas - Resolução BACEN 98/2021.

**DANIEL NASCIMENTO GORETTI**

Operações de empréstimo e troca de títulos - Resolução CMN 3.197/2004.

**JOSÉ GERALDO FRANCO ORTIZ JUNIOR**

Fornecimento de Informações Previstas em Normas Legais e Regulamentares - Circular BACEN 3.504/10;

Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e de Serviços Financeiros - Resolução CMN 4.949/2021; e

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613/98 e Regulamentação Específica.

**PEDRO LINS DE ALBUQUERQUE BARBOSA**

Administração da carteira de valores mobiliários (gestão de recursos) - Resolução CVM 21/2021; e

Administração de recursos de terceiros - Resolução CMN 2.451/1997.

**RENATO GIONGO VICHI**

Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (“SFN”) - Resolução BACEN 179/2022.

**RITA RODRIGUES FERREIRA CARVALHO**

Cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Resolução CVM 21/2021;

Gestão de riscos relativa à administração da carteira de valores mobiliários - Resolução CVM 21/2021;

Procedimentos e controles internos relativos à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Resolução CVM 32/2021; e

Procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados - Resolução CVM 35/2021.

**TATIANA GRECCO**

Apuração e Remessa de Informações RWA - Resolução BACEN 100/2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Henrique Donega Aidar, Carlos Henrique Donega Aidar e Carlos Fernando Rossi Constantini.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6A28-9384-883A-99A9.



5. Mantido em até R\$ 144.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2022. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente.

## II. Em pauta extraordinária:

1. Aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$ 100.000.000,00, que passará de R\$ 535.000.000,00 para R\$ 635.000.000,00, mediante capitalização de parte das Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações, com a finalidade de adequar os limites das Reservas Estatutárias frente ao capital da Companhia, conforme estabelecido no art. 199 da LSA. Como resultado, o *caput* do art. 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais), dividido em 471.221.921 (quatrocentos e setenta e um milhões, duzentas e vinte e uma mil, novecentas e vinte e uma) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 267.988.655 (duzentos e sessenta e sete milhões, novecentas e oitenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e cinco) ordinárias e 203.233.266 (duzentos e três milhões, duzentas e trinta e três mil, duzentas e sessenta e seis) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.”*

2. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração acima mencionada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN.

**CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento.

**DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes; e declarações de desimpedimento dos administradores eleitos.

**ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 29 de abril de 2022. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini – Presidente; Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário. **Acionistas:** Itaú Unibanco S.A. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini - Diretor; Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (aa) Carlos Henrique Donegá Aidar – Diretor.



**JUCESP**



2003  
28 07 22

# ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ 33.311.713/0001-25

NIRE 35300011465

## ESTATUTO SOCIAL

### **CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO**

Art. 1º - A Companhia fechada regida por este Estatuto Social é denominada **ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Companhia"), tem sede e foro na Cidade de São Paulo (SP) e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior.

### **CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL**

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, obedecidas as disposições legais e regulamentares em vigor.

### **CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Art. 3º - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais), dividido em 471.221.921 (quatrocentos e setenta e um milhões, duzentas e vinte e uma mil, novecentas e vinte e uma) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 267.988.655 (duzentos e sessenta e sete milhões, novecentas e oitenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e cinco) ordinárias e 203.233.266 (duzentos e três milhões, duzentas e trinta e três mil, duzentas e sessenta e seis) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.

Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria.

### **CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas.

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Henrique Donega Aidar, Carlos Henrique Donega Aidar e Carlos Fernando Rossi Constantini. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6A28-9384-883A-99A9.

Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia.

## **CAPÍTULO V – DIRETORIA**

Art. 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria.

Art. 6º - Os administradores perceberão remuneração. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual correspondente a remuneração dos administradores. Caberá ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco Holding”), regulamentar a utilização dessa verba.

Art. 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 22 (vinte e dois) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

§ 2º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na Assembleia Geral Ordinária subsequente.

§ 3º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

§ 4º. Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais.

Art. 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o provimento do cargo.

Art. 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, “ad referendum” da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio.

Parágrafo único. Dois diretores em conjunto terão poderes para decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências.



Art. 10º – A representação da Companhia poderá ser feita por (i) dois diretores em conjunto; (ii) um diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) dois procuradores em conjunto.

§ 1º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem a assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula “ad judícia”; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe. Nas hipóteses dos itens (i) e (iii), a Companhia também poderá ser representada por um diretor.

§ 2º. A Diretoria poderá prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior.

§ 3º. A Companhia poderá constituir procuradores por instrumento próprio firmado por dois diretores, cujo prazo não excederá 1 (um) ano, salvo para fins judiciais.

## CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL

Art. 11 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/76.

## CAPÍTULO VII – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Art. 12 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes:

- a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 13; e
- c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 14, “ad referendum” da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO VIII – DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Art. 13 - Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos



valores especificados nas alíneas “a” e “b”, inciso I, do artigo 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no inciso II do mesmo artigo.

Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei 9.249/95.

## **CAPÍTULO IX – RESERVA ESTATUTÁRIA**

Art. 14 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do artigo 204 da Lei 6.404/76.

§ 1º. Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido.

§ 2º. O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social.

§ 3º. A reserva estatutária discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição.

## **CAPÍTULO X – EXERCÍCIO SOCIAL**

Art. 15 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e intermediários em qualquer data.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Itaú Unibanco S.A.. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6A28-9384-883A-99A9> ou vá até o site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6A28-9384-883A-99A9



### Hash do Documento

03A4C21D4867DF3E2E617D5EBD4EA8354D891E985EA488C5065AEA30AD9CBB9D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/07/2022 é(são) :

☒ CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR (Signatário) -

076.630.558-96 em 10/05/2022 16:10 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Carlos Henrique Donega Aidar

**Tipo:** Certificado Digital

☒ CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI (Signatário) -

166.945.868-76 em 06/05/2022 20:48 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 33.311.713

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 57580547

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 03/06/2024 10:47:54

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.**  
**CNPJ: 33.311.713/0001-25**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:31:46 do dia 03/04/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 30/09/2024.

Código de controle da certidão: **92C5.AE3F.8AF4.72C8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|   |   |   |
|---|---|---|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br/>33.311.713/0001-25<br/>MATRIZ</div>  | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA<br/>04/08/1971</div>    |
| <div>NOME EMPRESARIAL<br/>ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.</div>  |   |   |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br/>*****</div>   | <div>PORTE<br/>DEMAIS</div>                                     |   |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br/>66.12-6-02 - Distribuidoras de títulos e valores mobiliários</div> |   |   |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br/>Não informada</div>   |   |   |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br/>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</div>  |   |   |
| <div>LOGRADOURO<br/>AV BRIGADEIRO FARIA LIMA</div>  | <div>NÚMERO<br/>3500</div>                                      | <div>COMPLEMENTO<br/>ANDAR: 3; : PARTE;</div> |
| <div>CEP<br/>04.538-132</div>   | <div>BAIRRO/DISTRITO<br/>ITAIM BIBI</div>                       | <div>MUNICÍPIO<br/>SAO PAULO</div>            |
| <div>UF<br/>SP</div>  |   |   |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO<br/>ITAUJUDICIAL@ITAU-UNIBANCO.COM.BR</div>  | <div>TELEFONE<br/>(11) 3003-4828</div>                          |   |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br/>*****</div>  |   |   |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>ATIVA</div>   | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>03/11/2005</div>            |   |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>   |   |   |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>  | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                  |   |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/06/2024 às 08:06:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



20/06/2024

0076574175

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 1986482****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 19/06/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍT. E VAL. M. S.A**, CNPJ: 33.311.713/0001-25, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 20 de junho de 2024.

**PEDIDO Nº:**

0076574175





[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 33.311.713/0001-25  
**Razão Social:** ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
**Endereço:** PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE CONC 7 AND /  
PARQUE JABAQUARA / SAO PAULO / SP / 04344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/06/2024 a 10/07/2024

**Certificação Número:** 2024061103570316740761

Informação obtida em 11/06/2024 10:46:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**